

ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS

Denúncia fica para fevereiro

Tempo é necessário para que o PGR, Paulo Gonet, analise o relatório de 800 páginas sobre os indiciados por tentativa de golpe

» RENATO SOUZA

A Procuradoria-Geral da República (PGR) deve deixar para fevereiro de 2025 a apresentação de denúncia contra os envolvidos em uma tentativa de golpe de Estado que foram indiciados pela Polícia Federal. Entre os nomes apontados, estão o ex-presidente Jair Bolsonaro, os generais Walter Braga Netto e Augusto Heleno, o ex-ministro Anderson Torres e o ex-chefe da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) Alexandre Ramagem.

De acordo com fontes na PGR, esse tempo até fevereiro é necessário para que seja analisado o relatório de 800 páginas produzido durante a investigação. Autoridades ligadas à apuração apontam que existe a intenção de o procurador-geral da República, Paulo Gonet, apresentar uma denúncia conjunta com outros inquéritos que também estão em análise no órgão, como o das joias sauditas e o da falsificação de cartões de vacina. A avaliação é de que os fatos estão interligados e envolvem as mesmas pessoas.

O Supremo entra em recesso na segunda quinzena de dezembro e só retorna em fevereiro. No período em que as atividades ficarão interrompidas, magistrados podem optar por continuar trabalhando e tomar decisões de urgência nas ações que estão sob suas responsabilidades.

Trâmite

Porém, julgamentos realizados no colegiado, ou seja, tanto nas turmas do tribunal quanto nas sessões do plenário, ficam suspensas. Isso impede o julgamento de ações penais, que, via de regra são julgadas na 1ª ou na 2ª Turma. Na Corte, a avaliação é de que o ministro Alexandre de Moraes deve enviar o inquérito para a PGR na próxima segunda-feira.

Após a apresentação da denúncia pela PGR, os investigados passam para a condição de réus em ações penais, e o Judiciário pode iniciar as etapas do julgamento. O advogado Acacio

Ed Alves/CB/D.A Press



As informações são de que Gonet tem a intenção de apresentar denúncia conjunta com outros inquéritos que também estão em análise

» Bolsonaro na pescaria

No centro do escândalo sobre a tentativa de golpe de Estado, o ex-presidente Jair Bolsonaro, indiciado pela Polícia Federal, está nesta semana aproveitando as belezas de Maceió. Hóspede na pousada de luxo do ex-ministro do Turismo Gilson Machado, em São Miguel dos Milagres, o ex-chefe do Executivo tem se dedicado à pescaria. Ele deve retornar a Brasília na semana que vem.

Miranda da Silva Filho, mestre em direito penal internacional pela Universidade de Granada/Espanha, afirma que existem prazos previstos legalmente para que a Procuradoria avalie a apresentação da denúncia. Porém, os períodos estipulados podem ser dilatados, a depender da avaliação das autoridades envolvidas.

“O inquérito vai ser encaminhado à PGR, que tem cinco dias para se manifestar, quando o réu está preso, e 15 dias, com réu solto. No caso do inquérito da tentativa de golpe de Estado, todos estão soltos. Porém, esses 15 dias são renováveis por igual período. Mas não existe limite para renovação e pode ir

prorrogando”, explicou.

O especialista ressaltou que a Procuradoria tem três opções no caso: requisitar novas diligências, pedir o arquivamento, ou seja, entender que não há elementos de materialidade, ou apresentar a denúncia.

Segundo o advogado, as informações que foram publicadas até agora indicam para o oferecimento de denúncia, ou a solicitação de mais diligências. “Analisando as circunstâncias, acho que não será tomado o caminho do arquivamento. A PGR pode pedir novas diligências, o que é bem plausível, ou oferecer a denúncia”, frisou.

Caso a Procuradoria decida pela denúncia, o caso volta

para as mãos de Moraes, que é o relator. Ele poderá decidir por pautar o tema para julgamento em uma das turmas da Corte ou ir para o plenário. Outras informações, documentos e relatórios podem ser incluídos até o momento do julgamento dos fatos que foram apontados.

O relatório detalha como atuou uma organização criminosa para tentar impedir a posse do governo eleito em 2022. Os acusados podem responder por tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado e associação criminosa. Somadas, as penas podem superar os 20 anos de cadeia.

Gravidade é real, diz Fachin

O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), afirmou que os indiciamentos do ex-presidente Jair Bolsonaro e de mais 36 pessoas pela Polícia Federal, após investigação sobre tentativa de golpe de Estado, são “fatos graves” e que “devem ser apurados, mas a democracia brasileira é maior do que isso tudo”.

Fachin — que participou de uma aula magna promovida pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) na sede do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT4) — defendeu o cumprimento dos ritos processuais com rigor.

“Os indícios revelados até agora demonstram uma gravidade que é real, e tudo isso deve ser visto nas etapas devidas, da forma adequada, com respeito ao devido processo, ampla defesa e todas as garantias que a Constituição e as leis preveem aos indiciados, acusados e, depois, para os réus, se vier uma ação penal”, declarou.

Para Fachin, a investigação da Polícia Federal mostra que “as forças civis do Brasil estão, na sua grande maioria, maduras suficientes para entender que processo eleitoral, resultado das eleições, e obediência à soberania popular fazem parte da democracia”.

Quando questionado por jornalistas sobre o indiciamento de Bolsonaro, Fachin afirmou que “o fato de se tratar de um ex-presidente da República, nesse sentido, é menos relevante do que os fatos que estão sendo averiguados”.

Na avaliação do ministro do STF, as investigações também não geraram nenhuma “turbulência institucional” e que elas “estão cumprindo seu papel”.

Nas últimas semanas, o cenário mudou para o bolsonarismo. Aliados do ex-presidente estavam concentrados em defender no Congresso a votação do projeto de lei que anistia os condenados pela invasão dos prédios dos Três Poderes em 8 de janeiro de 2023, mas uma sequência de fatos os colocou na defensiva: o atentado a bomba na Praça dos Três Poderes, no último dia 13 de novembro, a Operação Contragolpe, deflagrada no último dia 19, e o indiciamento de Bolsonaro e seu entorno, anunciado antontem pela PF.

Padilha

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, afirmou, ontem, que o indiciamento de Bolsonaro não deve interferir na agenda do governo no Congresso. Segundo ele, o Legislativo mantém o compromisso com a pauta econômica do Executivo.

“Eu sinto no Congresso Nacional um compromisso muito grande com a agenda econômica do governo”, afirmou Padilha à CNN Brasil. Agenda em que, acrescentou o ministro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, irão fazer a “poda adequada” para a “árvore” continuar dando frutos. Ele se referiu aos cortes de gastos e ao crescimento econômico do país, respectivamente. Disse que esse “compromisso” do Legislativo vai se manter.

O ministro avaliou também que alguns parlamentares podem tentar fazer uma paralisação, por conta do indiciamento do ex-presidente, mas que isso não atrapalha “a condução da agenda prioritária”, que seria a “econômica e social”.

OAB Nacional cobrará punições

» RENATA GIRALDI

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Nacional confirmou reunião para o próximo dia 9, em Brasília, cujo tema principal será a ameaça de golpe de Estado com o plano de assassinato triplo — do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do vice Geraldo Alckmin e do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Na avaliação da entidade, havia aí um risco iminente de derubar a Constituição Federal e a possibilidade de atos institucionais, a exemplo do AI 5, que cassou os direitos fundamentais e as garantias constitucionais.

A presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos da OAB, Sílvia Souza, destaca a vulnerabilidade das instituições e também da própria sociedade ante os fatos que estão vindo à tona.

“Se o golpe fosse bem-sucedido, certamente os direitos já assegurados de vários grupos seriam cassados, como mulheres, negros, pessoas com deficiências e os LGBTQIA+, entre outros. Haveria o fim da Constituição e a adoção de normativas”, ressaltou.

Diante das evidências, a OAB está determinada a impedir qualquer possibilidade de limitar o avanço das investigações e a definição de responsabilização dos autores envolvidos na trama.

Na reunião, a entidade vai

cobrar ações das forças políticas, como o aprofundamento das apurações e as garantias de proteção à sociedade. “Nosso esforço é no sentido de que todas as providências sejam adotadas para que esse golpe seja realmente desbaratinado e haja efetivamente responsabilização”, acrescenta.

Pilares

O plano em curso, segundo Sílvia Souza, ameaçava os três pilares que sustentam a sociedade: o político, o social e o jurídico. No jurídico, o questionamento perpetuado por grupos políticos de que a defesa de direitos é pauta favorável a “marginais” e “comunistas”, segundo a advogada, era um indicativo de desprezo e deboche à importância da área. “Esse é um discurso que descaracteriza e busca atacar os direitos fundamentais garantidos na nossa Constituição. É rechaçar e debochar.”

No que se refere ao social, a advogada lembra que o dia previsto para “executar” o ministro Alexandre de Moraes era justamente quando começaram os debates da Arguição de Descumprimento do Preceito Fundamental (APDF 630) das Favélas, que trata da adoção de medidas para a redução da violência nas comunidades pobres. “Isso é um claro simbolismo de afronta aos direitos humanos e a defesa dos mais combatidos.

Waldemir Barreto/Agência Senado



Sílvia Souza: ameaça era aos três pilares que sustentam a sociedade, o político, o social e o jurídico

Se o golpe fosse bem-sucedido, certamente os direitos já assegurados de vários grupos seriam cassados, como mulheres, negros, pessoas com deficiências e os LGBTQIA+, entre outros. Haveria o fim da Constituição e a adoção de normativas”

Sílvia Souza, presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos da OAB

Não é pura coincidência. Também devesse avaliar essa questão”, afirma.

Já em relação à área política, para Sílvia Souza, há uma clara demonstração do descaso com

o ambiente democrático de direito e o respeito a tudo que representa. Segundo ela, a presença intensa e fortalecida de líderes que defendem um golpe de Estado e um triplo assassinato indica

o apoio ostensivo a um futuro governo autoritário e antidemocrático. “Há, aí, sinais de um cenário de retrocesso e perdas de direitos fundamentais, não se pode permitir isso”, adverte.